

# VINCULAÇÃO E FUNCIONAMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA: O CONTEXTO DE INTERACÇÃO MÃE-FILHO

Trabalho realizado no âmbito do mestrado em Intervenção Psicológica com Crianças e Adolescentes pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

2009

**Joana Cerdeira**

Técnica Superior de Psicologia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Porto Oriental. Mestranda em Intervenção Psicológica com Crianças e Adolescentes pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, com formação avançada em Avaliação Psicológica Forense pela Universidade do Minho. Formadora certificada pelo IEFP.

Email:

[joanacerdeira@hotmail.com](mailto:joanacerdeira@hotmail.com)

---

## RESUMO

O conceito de vinculação, tal como equacionado por Bowlby numa série de documentos teóricos (Bowlby 1958, 1969, 1973, 1980), tem constituído uma importante estrutura conceptual na análise de diferenças individuais a nível do desenvolvimento social. De acordo com Sroufe (1983), a investigação aparece centrada em dois aspectos fundamentais da teoria de Bowlby. O primeiro diz respeito ao estudo das relações entre a qualidade dos comportamentos (ou representação) da vinculação e a qualidade dos cuidados parentais precoces. O segundo refere-se à análise da associação entre a qualidade das relações de vinculação e o funcionamento do sujeito noutras esferas como, por exemplo, a da cognição, do relacionamento social ou da motivação para a mestria (Gaensbauer et al., 1985). Neste trabalho debruçar-nos-emos sobre a ligação entre a qualidade da vinculação e o funcionamento cognitivo da criança. Para tal apresentaremos alguns estudos que consideramos traduzir e elucidar este tipo de relação. Mais adiante, procuraremos analisar a influência da estimulação materna no funcionamento cognitivo da criança.

**Palavras-chave:** Vinculação, funcionamento cognitivo, interacção mãe-filho, desenvolvimento social, cuidados parentais, estimulação materna

## 1. Variáveis da Criança

Como é que a qualidade da relação entre a mãe e a criança influencia o modo de desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança?

A análise da literatura permite formular um certo número de hipóteses. Primeiro, as crianças seguras conseguem utilizar a sua figura de vinculação como uma *base segura* a partir da qual exploram o mundo. Esta sua confiança na disponibilidade física e psicológica da mãe estabelece as bases para a exploração autónoma e a resolução de problemas (Bretherton, 1985). Espera-se, assim, que as crianças seguras, em contraste com as inseguras, tendam, no contexto da segurança propiciada pela relação com a mãe, a sentirem-se emocionalmente mais disponíveis para persistirem nas tarefas (Meins, 1997). Em segundo lugar, a sua grande confiança na disponibilidade da figura materna permite às crianças seguras iniciar e aceitar mais facilmente a ajuda da mãe. Terceiro, espera-se que os modelos de organização comportamental da vinculação segura, e consequentemente a harmonia entre a interacção adulto-criança, promovam o fluir de informação entre adultos e crianças (Estrada *et al.*, 1987). Por último, levanta-se a possibilidade de que a vinculação segura afecta os processos metacognitivos. Um modelo interno de vinculação seguro tende a ser coerente, não contraditório e não defensivo, enquanto que o modelo inseguro é caracterizado por modelos múltiplos, contraditórios (cf. idealização dos pais sem memórias episódicas de suporte) o que se reflectirá a nível do modo como funcionam os mecanismos de regulação metacognitiva (Ruiter & van IJzendoorn, 1993).

Dado que a independência na exploração por parte da criança parece ser, em grande parte, uma função da relação pais-filho, as diferenças individuais no estilo de exploração poderão encontrar as suas raízes nos padrões iniciais da vinculação. Segundo Ainsworth (1985a) uma característica fundamental das relações de vinculação consiste no modo como o bebé usa a mãe como uma base segura a partir da qual pode explorar o meio. No caso dos sujeitos mais seguros, a confiança na acessibilidade e responsividade dessa figura capacita a criança a aventurar-se na aprendizagem acerca do seu ambiente.

Os bebés com relações de vinculação insegura-evitante geralmente evitam o contacto com a mãe e frequentemente exploram mais extensivamente do que os bebés dos outros grupos de vinculação. Finalmente, os bebés inseguros-ambivalentes/resistentes agarram-se à figura materna, evidenciando, no entanto, irritação e resistência em relação a ela. Este grupo revela ser o mais passivo na exploração (Hazen, 1989). Assim, de um modo geral, a criança ambivalente poderá ter tantas incertezas acerca da disponibilidade da figura de vinculação que está essencialmente preocupada com a manutenção de proximidade em detrimento ou prejuízo da

actividade exploratória (Ainsworth,1985a).

De facto, a qualidade da responsividade materna parece ter um efeito indirecto na actividade exploratória; dado que o bebé percebeu que o que ele faz tem um efeito no comportamento da mãe, constrói, em consequência, aquilo que White (1963), denominou de "*sense of competence*". Este sentido de competência conferir-lhe-á a noção de que poderá influenciar o meio circundante e exercer algum controlo sobre ele. Tal sensação terá como resultado reforçar uma abordagem activa e exploratória do ambiente físico e social.

As diferenças individuais nas relações de vinculação poderão estar igualmente relacionadas com uma variedade de adaptações desenvolvi mentalmente apropriadas em períodos posteriores do desenvolvimento (Sroufe, 1979b). Na opinião de Belsky e Nezworcky (1988), se nos anos 70 poderiam ser ainda questionadas as consequências futuras da qualidade da relação de vinculação no bebé, actualmente, a acumulação de dados excluem tais dúvidas. Nesta linha de pensamento, Bretherton (1985) refere que se a Situação Estranha avalia de algum modo a confiança da criança na disponibilidade física e emocional de uma figura de vinculação, então é provável que a qualidade da vinculação esteja relacionada com o funcionamento da criança ao longo do desenvolvimento, em diversas áreas.

Duas hipóteses podem ser então formuladas relativamente à relação entre a segurança da vinculação na infância e os estilos de exploração. Uma possibilidade é a de que o comportamento exploratório permanecerá estável ao longo do tempo e, que o mapa das competências cognitivas das crianças avaliadas como inseguras-evitantes será igual, se não superior, comparativamente ao das crianças seguras.

Apenas as crianças avaliadas como inseguras-resistentes seriam menos competentes. A segunda possibilidade é a de que a continuidade não será encontrada na estabilidade do comportamento exploratório mas antes no estilo geral de adaptação ao ambiente. Isto é, as crianças que ao ano de idade evidenciam uma adaptação mais competente ao ambiente demonstrarão aos dois anos uma maior capacidade de autonomia e de mestria. Assim, seria de esperar que as crianças com uma vinculação segura se sobrepusessem às crianças inseguras-evitantes na exploração independente. Os resultados de um corpo crescente de estudos parecem favorecer a segunda hipótese.

Sroufe (1977, 1979b) salienta que as diferenças na organização comportamental da vinculação tenderão a incorporar-se em padrões de organização da personalidade. Ou seja, a forma como a criança regula o seu comportamento em relação à figura de vinculação, influencia o modo como esta mais tarde irá estruturar o seu comportamento na resolução das tarefas inerentes a cada etapa do desenvolvimento. Não são comportamentos específicos que podem revelar as continuidades decorrentes do tipo de vinculação à mãe, mas sim a organização subjacente. Contudo, não devemos procurar identidades de organização, de uma idade para a

outra, mas sim a "coerência" entre diferentes formas emergentes. A organização do comportamento do bebé em relação à sua mãe, que reflecte a tarefa principal da infância, conduz de um modo previsível a transformações dessa mesma organização que assumirá, noutras idades, configurações adaptadas aos desafios e tarefas com que o indivíduo então defronta.

Tendo presente a importância dos resultados da investigação apresentaremos alguns trabalhos predominantemente orientados para o estudo das relações entre a qualidade da vinculação e o desenvolvimento cognitivo.

Main (1973/1983) observou crianças de 21 meses de idade numa situação de jogo na qual a mãe estava presente mas assumia a posição de não participante. Os sujeitos que ao ano de vida haviam sido identificados como seguros, na Situação Estranha, revelavam, em contraste com os inseguros, um maior envolvimento e períodos de atenção mais longos na actividade exploratória, prestavam mais atenção aos detalhes dos objectos complexos, e manifestavam afectos mais positivos durante a exploração. Examinados os sujeitos através da Bayley, apurou-se também que os seguros apresentavam quocientes de desenvolvimento mental mais elevados. Aparentemente, este último resultado não reflectiria a superioridade da sua competência estrutural mas sim o impacto de factores sócio-emocionais. De facto, comparativamente às crianças de outros grupos, as seguras demonstravam, na situação de jogo um "espírito de jogo" superior e cooperavam mais com o examinador.

Na opinião de Main (1973), uma relação segura, caracterizada pela confiança na acessibilidade e responsividade da figura de vinculação, parece constituir um contexto estimulador ou apoiante da curiosidade e da exploração em situações de *stress* moderado. Pelo contrário, as modalidades de vinculação insegura favorecerão a emergência de esforços estereotipados no jogo ou a desorganização e perturbação da criança face a circunstâncias de "*stress*" temporário. Estes sujeitos seriam, assim, menos capazes de dar atenção às oportunidades e à informação disponível no meio, recorrendo a velhos esquemas ou excluindo dados relevantes para o desenvolvimento de soluções de acomodação a uma situação particular (Soares, 1992).

Matas, Arend e Sroufe (1978), no âmbito do estudo longitudinal de Minneapolis, conduziram uma investigação com o objectivo de analisar a relação entre a vinculação, avaliada aos 18 meses, e o comportamento numa situação de jogo e em tarefas de resolução de problemas, aos 24 meses de idade. As duas últimas tarefas a resolver eram muito difíceis e pretendiam desafiar a competência da criança para os solucionar de uma forma eficaz, flexível e autónoma. Acontecia mesmo que o último era irresolúvel sem a ajuda do adulto. As crianças avaliadas como seguras na *Situação Estranha*, revelaram maior envolvimento no jogo simbólico, mais entusiasmo, persistência e cooperação na resolução dos problemas, e menos comportamentos de frustração, obtendo pontuações elevadas nos afectos positivos e baixas nos afectos negativos (negativismo, choro e agressão), durante as tarefas de resolução de problemas. Por outro lado, as crianças classificadas como evitantes, procuravam pouca ajuda junto das suas mães, mesmo

quando eram incapazes de atingir uma resolução por si próprias. As mães, reciprocamente, evidenciavam pouco investimento nas actividades dos filhos, oferecendo apenas um suporte mínimo, mesmo em tarefas consideradas difíceis (Bretherton, 1985). Baseados nestes resultados, os autores sugeriram que a confiança na disponibilidade física e psicológica da mãe, demonstrada precocemente pela criança, constituía a base da sua autonomia na exploração e na resolução de problemas e das suas expectativas positivas em relação ao apoio materno, sempre que necessário. Assim, a capacidade de atenção e a persistência, que têm sido frequentemente concebidas como características ou qualidades de origem constitucional, poderão ser, pelo menos em parte, um produto de padrões específicos de relação.

Neste mesmo estudo, os autores haviam administrado, uns meses antes, a escala Bayley e apesar de as médias das crianças seguras serem superiores, essa superioridade possuía diminuta significância estatística. Verifica-se, assim, que a competência na resolução de problemas não poderá ser reduzida apenas a diferenças do quociente de desenvolvimento. Apoiando tal ideia, estudos que correlacionam a segurança da vinculação com o quociente de desenvolvimento ou com o quociente de inteligência em diferentes idades produziram resultados variáveis, uns significantes e outros não-significativos (e.g., van IJzendoorn *et al.*, 1995).

De modo a separar o que é atribuível à organização interna da criança ou aos efeitos do comportamento da mãe, é necessário esperar até à idade pré-escolar, dado que, segundo Matas *et al.*, até aos 24 meses os desempenhos infantis são, ainda, muito afectados pela separação das figuras de vinculação.

Os estudos de Matas *et al.* (1978) e de Arend *et al.* (1979) têm sido largamente citados para demonstrar a relação entre a qualidade da vinculação e a interacção durante a resolução de problemas aos dois anos de idade e em idades pré-escolares. Contudo, ambos os trabalhos são provenientes do mesmo laboratório, o que implica a necessidade de reproduções independentes.

Frankel e Bates (1990) constataram que aos dois anos de idade, as crianças seguras permaneciam mais tempo na tarefa, apresentavam menos comportamentos agressivos e evidenciavam um menor negativismo verbal durante as tarefas de resolução de problemas. No entanto, estes autores não conseguiram reproduzir as descobertas de Matas *et al.* (1978) no que diz respeito à cooperação com o adulto ou à frustração durante a realização de tarefas.

Outro estudo, de Bretherton, Bates, Benigni, Camaioni e Volterra (1979), descreve resultados semelhantes aos de Matas *et al.* (1978), num grupo de bebés de 11/12 meses de idade, observados em casa e no laboratório. Estes autores descrevem uma relação positiva entre frequência, nível e diversidade de episódios de jogo simbólico e a quantidade de manutenção de contacto e procura de proximidade na Situação Estranha. Tracy, Farish, e Bretherton (1980) estudaram a relação entre a segurança da vinculação aos 13 meses de idade e a competência exploratória (12 meses) numa amostra de 40 bebés, não encontrando resultados concludentes. O estudo destas autoras revelou, apesar de tudo, que os bebés com uma vinculação segura

despendiam mais tempo a manipular os brinquedos. Noutro trabalho, Harmon (1978), utilizando uma situação laboratorial de baixo *stress*, descreve resultados opostos aos obtidos no estudo de Tracy *et al.* (1980). Deve-se referir, no entanto, que este investigador não utilizou a Situação Estranha para avaliar a segurança de vinculação (Belsky *et al.*, 1984). Finalmente, Bretherton e suas colaboradoras referem que quando as subcategorias das classificações da vinculação avaliadas aos 12 meses de idade são ordenadas de acordo com a sua distância ao grupo normativo B3", as medidas da qualidade da vinculação predizem consistentemente a amplitude, variedade, e nível de jogo simbólico observado nos últimos dois meses do primeiro ano de vida. Estes resultados, bastante interessantes, são consistentes com os dados longitudinais de Matas, Arend e Stroufe (1978), anteriormente referidos.

Resultados semelhantes aos de Tracy *et al.* (1980) foram apurados por Belsky e Garduque (1982) numa amostra de 60 crianças avaliadas na Situação Estranha aos 12 meses e numa sessão de jogo com um dos pais aos 13 meses de idade. Os bebés com uma vinculação segura envolviam-se mais na brincadeira, no jogo transaccional e demonstravam uma menor disparidade entre o nível mais elevado de jogo espontâneo e o nível mais elevado de jogo elicitado. Infelizmente, não foram analisadas as diferenças entre os bebés resistentes e evitantes. Apesar de mais expressivos do que os estudos de Tracy *et al.*, estes dados não demonstram, igualmente, validade preditiva, dado que as avaliações da segurança de vinculação e de exploração correspondiam a medidas contemporâneas.

Hazen e Durett (1982) exploraram a relação entre a segurança da vinculação, competência exploratória, e o mapa cognitivo numa amostra de 28 crianças, que tinham sido avaliadas na Situação Estranha aos 12 meses de idade e, na "casa das bonecas" entre os 30 e 34 meses. Estes autores constataram que as crianças seguras exploravam mais activamente, obtendo pontuações mais elevadas na organização do mapa cognitivo do que as crianças com vinculação insegura. Contudo, de acordo com Lamb *et al.* (1984) os resultados em causa não suportam fortes conclusões. Primeiro, os sub-grupos seguros B1 e B4 foram combinados com os grupos A e C, respectivamente, e foram considerados, para fins de análise, na categoria da vinculação insegura. De acordo com Lamb *et al.* (1984), não saberemos até que ponto diferenças significativas poderiam ter emergido se os grupos A, B e C tivessem sido comparados, como seria necessário para suportar as conclusões de Hazen e Durett. Por outro lado, apenas uma em cinco medidas da exploração e uma em três medidas do mapa cognitivo diferiram significativamente entre os bebés "seguros" (B2 e B3), "evitantes" (A1, A2, B1) e ambivalentes (B4, C1, C2). Assim, ao contrário das conclusões de Hazen e Durett, o estudo contém dados ambíguos (Lamb *et al.*, 1984).

Mais tarde, Belsky, Garduque e Hrcir (1984), na sequência de um trabalho, no qual pretendiam desenvolver uma medida de capacidade executiva (definida como a diferença entre o nível de funcionamento mais sofisticado manifestado pelo bebé no jogo livre e no jogo elicitado), procuraram identificar os padrões contemporâneos de covariação entre as diferenças individuais na vinculação e na exploração. Os resultados obtidos diferem de trabalhos anteriores, quer em

termos da metodologia utilizada, quer em termos de base conceptual usada para predizer diferenças entre os grupos de vinculação. A escala de desenvolvimento do jogo de Belsky e Most (1981), possibilitou os meios para identificar o nível mais elevado de jogo que a criança é capaz durante o jogo livre bem como no jogo elicitado, quando encorajada pelo examinador para avançar além do nível mais sofisticado de jogo demonstrado espontaneamente. Esta escala também permite quantificar a qualidade progressiva do comportamento de jogo do bebé.

Assim, estes autores pretendiam determinar se, como previsto, os sujeitos considerados seguros apresentavam, em comparação com os seus pares inseguros, maiores probabilidades de produzirem espontaneamente, níveis mais elevados de jogo e de jogar de um modo cognitivamente mais sofisticado. Com base num trabalho anterior, estes autores prediziam que os bebés ambivalentes/resistentes evidenciariam uma exploração menos sofisticada, tanto em termos da qualidade como da quantidade da exploração, os bebés seguros excederiam os bebés evitantes, que por sua vez excederiam os bebés resistentes. De acordo com estes autores, as hipóteses baseavam-se no facto de que os bebés inseguros como resultado directo dos seus interesses pela obtenção da segurança, seriam menos capazes de funcionar por si próprios no nível mais sofisticado de que eram capazes.

Os resultados consistentes com as hipóteses, evidenciaram que, ao contrário dos bebés inseguros, os bebés seguros manifestavam no jogo elicitado um número de competências próximo das evidenciadas no jogo livre. Os bebés seguros mostravam-se, assim, mais competentes apresentando níveis de desempenho mais estáveis nas duas circunstâncias. Por outras palavras, a expressão das suas capacidades revelou-se menos dependente da influência de factores contextuais.

Slade (1987), observando uma amostra de quinze díades procurou investigar a relação entre a qualidade da vinculação e o desenvolvimento da actividade simbólica. Pretendeu, igualmente, ver se o tipo de vinculação à mãe estava associado a diferenças na forma como a figura materna se envolvia no jogo com o filho. A fim de levar a cabo o seu estudo, a autora avaliou as crianças por volta dos 16-18 meses de vida na Situação Estranha e observou-os em intervalos regulares, dos 20 aos 28 meses de idade, numa situação de jogo livre<sup>1</sup> com a mãe.

Globalmente, os resultados indicaram que os sujeitos seguros não diferiam dos inseguros quanto à frequência do jogo simbólico exibido. Todavia, as crianças pertencentes ao primeiro grupo evidenciavam um jogo desenvolvimentalmente mais elaborado. De facto, os cenários de *faz-de-conta* que criavam possuíam níveis de complexidade maior e tendiam a implicar com mais probabilidade sequências de acção organizadas de acordo com planos coerentes. Paralelamente,

---

<sup>1</sup> As sessões de jogo tinham uma duração de 30 minutos. Durante os primeiros 20 minutos, o experimentado r estava presente e estabelecia diálogo com a mãe. Esta era instruída para responder adequadamente às solicitações da criança, e para encorajar igualmente um retomo ao jogo orientando a atenção do sujeito para os brinquedos. Durante os últimos 10 minutos, a mãe e a criança eram deixadas sozinhas. A mãe foi instruída a jogar com a sua criança da mesma maneira que o fazia em casa mas a abster-se de orientar ou estruturar o jogo de modo que fosse possível avaliar o jogo da criança independentemente da influência materna (Slade, 1987).

foi possível identificar a presença de efeitos diferenciais associados à influência materna de tal modo que os episódios de jogo mais longos e complexos sucediam predominantemente quando a mãe estava envolvida como parceira de jogo. Desta maneira, Slade (*op. cit.*) sugere que a melhor *performance* das crianças seguras estaria ligada quer às características pessoais dos sujeitos quer à qualidade das interações por eles mantidas com a figura materna.

A relação positiva entre a segurança de vinculação e as medidas de máximo desempenho indicam que as crianças seguras tendem, comparativamente às inseguras, a funcionar mais próximas do nível superior das suas capacidades. De acordo com a terminologia de Vygotsky (1978), operariam nas cercanias da "zona de desenvolvimento próximo". Estes resultados também podem ser perspectivados como oferecendo suporte para o atrás mencionado estudo de Belsky *et al.* (1984) onde vimos que as crianças seguras são mais capazes de "... *execute in a self initiated manner his or her most advanced level of functioning...*" (p. 407). Embora a metodologia utilizada no estudo de Belsky *et al.* difira de um modo substancial da utilizada no trabalho de Slade, a conclusão de que as crianças seguras "...*spontaneously deploy their cognitive competencies in free play*" (p. 415) está bastante de acordo com os resultados descritos por Slade. Neste último estudo, ambas as medidas de máximo desempenho envolvem a avaliação do tempo; o que diferenciava as crianças era a duração dos episódios mais longos e dos episódios temáticos com base num plano. Estes dados parecem, ainda, consonantes com a verificação repetida de que as crianças seguras são mais persistentes nas suas explorações do meio (Arend *et al.*, 1979; Main, 1973, 1983; Matas *et al.*, 1978; SF0CJfe, 1979b; Waters *et al.*, 1979). Como referido anteriormente, as crianças seguras são presumivelmente mais capazes de expandir a atenção para os objectos do seu ambiente, uma vez que não têm que se preocupar tanto com a disponibilidade emocional e física da mãe. Apesar do tempo constituir certamente uma forma de medir a extensão da atenção, da persistência, e do interesse na exploração, trata-se de uma variável frequentemente descuidada na investigação empírica sobre o jogo simbólico.

A elevada incidência do jogo *faz-de-conta abstracto e planeado* nos repertórios das crianças seguras sugere que elas desenvolvem, no quadro de actividade lúdica, estratégias para organizar a experiência. Tal facto facilitar-lhes-á a obtenção do sentido da autonomia e da independência (Slade, 1986). A preferência das crianças seguras por esse tipo de jogo sugere que estas estão mais inclinadas para agir como agentes autónomos na organização do seu próprio jogo (Wolf *et al.*, 1984), para substituir temas e planos nos esquemas sensório-motores e para usar objectos de um modo crescentemente flexível. A capacidade para planear também está relacionada com a capacidade para adiar acções e impulsos via mediação cognitiva (Saltz *et al.*, 1977). A confiança demonstrada nesses modos de jogo pelas crianças seguras sugere uma grande propensão para utilizar estratégias cognitivas ou representacionais na regulação dos impulsos. Em estudos de *follow-up*, Waters *et al.* (1979) fazem descobertas similares, observando nomeadamente, que as crianças seguras são mais capazes de tolerar a frustração e de adiar a



gratificação.

Oppenheim, Sagi, and Lamb (1988) conduziram um estudo com 59 crianças de 5 anos de idade vivendo em Kibbutz, no qual a vinculação à mãe, ao pai e à metapelet<sup>2</sup> havia sido anteriormente avaliada através da Situação Estranha quando os sujeitos tinham entre 11 e 14 meses de idade. As crianças foram ainda avaliadas através do "California Child Q-set" (CCQ; Block & Block, 1979) e do "Preschool Behavior Q-set" (Baumrind, 1968) pelas suas educadoras e metapelet. Não se verificaram relações significativas entre a vinculação mãe-bebé e pai-bebé e as classificações obtidas aos cinco anos de idade, mas os sujeitos que aos 12 meses se mostravam seguros em relação à metapelet foram classificados como menos ego-controlados, mais empáticos, dominantes determinados, orientados para a realização, e independentes.

van IJzendoorn, van der Veer, e van Vliet-Visser (1987) realizaram um estudo de *follow-up* com crianças que tinham sido avaliadas aos 24 meses na Situação Estranha. Verificaram que as crianças que evidenciavam uma vinculação segura ou insegura não diferiram significativamente quanto à resiliência do eu<sup>3</sup>, avaliada pelos pais e educadores na versão alemã de CCQ (van Lieshout *et al.*, 1983, *cit in* Ruiter & van IJzendoorn, 1993). De acordo com as educadoras, as meninas vinculadas inseguramente demonstravam pior controlo do eu. Não obstante, torna-se difícil comparar as observações deste estudo com as anteriores, na medida em que as análises foram conduzidas utilizando uma divisão em quatro grupos de vinculação: (1) A+C, (2) B1, (3) B2+B3, e (4) B4.

Crowell e Feldman (1988) estudaram o comportamento de crianças durante uma tarefa de resolução de problemas, numa amostra conjunta de grupos clínicos e não clínicos (idade média = 37,5 meses). Neste estudo, o modelo dinâmico interno da mãe, avaliado pela *Adult Attachment Interview* (MI, Main *et al.*, 1985), estava relacionado com o seu comportamento e o da criança durante a sessão de resolução de problemas. As diferenças entre as crianças foram amplamente evidentes nas variáveis que avaliavam os afectos. Estes autores constataram que as crianças de mães vinculadas inseguramente, eram menos afectuosas, mais negativas e evitantes, mais controladas e ansiosas, revelando, também, maior quantidade de afectos de subjugação e de aborrecimento. Contudo, entre as crianças de mães seguras e inseguras, não se verificaram diferenças nos comportamentos ligados à realização da tarefa (como por exemplo, a persistência, a auto-confiança e o entusiasmo).

---

<sup>2</sup> Pessoas de Kibbutz que durante o dia tomam conta das crianças.

<sup>3</sup> Block (1982) caracteriza a "adaptação do ego" ("ego-resiliency") em termos da capacidade do indivíduo tolerar temporariamente o "stress" e desenvolver, face a este tipo de situação, estratégias de acomodação, em detrimento do recurso a estratégias de assimilação. Do ponto de vista conceptual, este constructo parece estar relacionado com o conceito de base segura de Ainsworth, segundo o qual uma relação segura de vinculação constitui a base para a exploração de situações novas e como tal, susceptíveis de desencadear ansiedade. Assim, o conceito de base segura, poderá traduzir o modo como a adaptação do ego pode desenvolver-se no contexto da relação da criança com a figura de vinculação (Soares, 1992).

Apesar de uma série de investigadores ter estudado a relação entre a qualidade de vinculação e o quociente de desenvolvimento ou o quociente de inteligência, a maioria tem falhado na descoberta de diferenças significativas entre bebés seguros e inseguros (Joffe, 1981; Pastor, 1981; Waters *et al.*, 1979). Apenas alguns estudos revelaram diferenças significativas. Main (1973), por exemplo, descobriu que os bebés seguros eram mais competentes no teste Bayley aos 20 meses. Van IJzendoorn, Sagi, e Lambermon (1992) referem um estudo de *follow-up* com crianças Alemãs e Israelitas, anteriormente observadas na *Situação Estranha* com o seu pai, mãe e educadora. As crianças Alemãs foram avaliadas, quando tinham cerca de 4 anos de idade, pela "*McCarthy Developmental Scale*" (MDS; van der Meulen & Smrkovsky, 1985), e as crianças Israelitas foram examinadas aos 5 anos pelo teste WPPSI (Lieblich, 1974). Na amostra Alemã, a segurança da rede de vinculação (uma pontuação compósita baseada no estatuto de vinculação observado nas díades) revelou uma correlação baixa mas significativa com o quociente de desenvolvimento. Na amostra Israelita, a correlação era de certo modo mais alta e significativa, tanto na pontuação compósita da família como na da rede de vinculação. Noutro estudo (van IJzendoorn & van Vliet-Visser, 1988, *cit in* Ruitter & van IJzendoorn, 1993) verificaram que as crianças Alemãs de 5 anos de idade com uma vinculação segura (B2 + B3) pontuaram significativamente alto nos testes normalizados de quociente de inteligência. Os padrões seguros dos grupos limites (B1 e B4) obtiveram uma pontuação mais baixa, mas não diferindo significativamente do somatório das crianças dos grupos A e C.

Mais recentemente, van IJzendoorn, Dijkstra e Bus (1995) realizaram uma meta-análise quantitativa de vinte e cinco estudos acerca da associação entre a vinculação e o QI ou QD, a fim de analisar a relação entre a qualidade da vinculação e o desenvolvimento cognitivo. Estes autores verificaram que a associação entre vinculação e QI/QD é fraca, tendo encontrado apenas dois estudos (Main, 1983; Matas *et al.*, 1978) que revelaram uma relação positiva entre estas duas medidas. De facto, van IJzendoorn *et al.* concluíram que "*for all practical purposes the association between attachment and IQ is too weak to recommend the routine inclusion of IQ tests in order to control for this type of cognitive difference*" (p. 125). Meins (1997) testemunha, assim, que "*the advantages that securely attached children enjoy therefore appear to be a reflection of their ability to engage in and persist with a task, and are independent of general cognitive capacity*" (p. 29-30).

Procuraremos agora analisar a variabilidade existente entre as crianças segura e insegura ao nível do seu funcionamento cognitivo no contexto de interacção mãe-filho, salientando especificamente a influência da sensibilidade e da responsividade materna.

## 2. Variáveis Maternas

Ao longo dos diferentes estudos constatou-se que as crianças quando confrontadas com situações novas necessitam de decidir se reagem com interesse e aproximação ou se pelo contrário, respondem com medo e afastamento. Neste contexto existe um corpo crescente de dados indicando que a mãe desempenha um papel crucial na determinação do grau de exploração e de envolvimento do bebé com os novos objectos e pessoas. Segundo a teoria da vinculação (e.g., Ainsworth, 1972; Bowlby, 1969; Sroufe & Waters, 1977), a partir do momento em que a criança estabelece um vínculo afectivo com a mãe, a sua presença poderá servir como *base segura* a partir da qual o sujeito terá maiores probabilidades de lidar com o *estranho* ou o imprevisível, decidindo a favor do interesse e da exploração activa. Este efeito facilitador da presença da mãe foi também descrito por Mahler, Pine e Bergman (1975). Tendo o seu início na segunda metade do primeiro ano de vida, o bebé usa a mãe como um ponto de orientação, "confirmando" periodicamente a sua presença; este contacto parece permitir-lhe envolver-se em explorações agradáveis. Face a isto, poder-se-ão colocar algumas questões, nomeadamente, "Como é que a mãe promove o sentimento de segurança no seu bebé? Quais as características da mãe que servem para promover no filho a exploração em vez de o afastamento?"

A natureza emocional da disponibilidade materna será analisada no contexto da teoria da vinculação. Como vimos, Bowlby (1969/1984) sustenta que o sistema de vinculação serve a função biológica de proteger o bebé. Este objectivo é alcançado, ao assegurar que a mãe e o filho mantêm uma proximidade física suficiente para que esta possa intervir em momentos de perigo. Assim, o bebé é perspectivado como possuindo um repertório comportamental apropriado para sinalizar aos outros quando devem ocorrer a manter-se próximos; contudo, as respostas de sinalização requerem comportamentos maternos recíprocos. A mãe necessita consistentemente de: (a) estar consciente dos sinais do seu bebé; (b) ser capaz de interpretá-los adequadamente; e (c) estar disponível para lhes responder pronta e apropriadamente (Ainsworth, 1974). Quando a mãe demonstra acessibilidade e responsividade de uma forma consistente com os sinais do seu bebé é formado um vínculo afectivo duradouro. Consequentemente a presença ou ausência materna torna-se um aspecto fundamental na determinação da activação do sistema de exploração ou do sistema de vinculação do bebé (Bretherton & Ainsworth, 1974; Sroufe, 1977).

Uma série de investigações experimentais tem avaliado a importância da proximidade física da figura de vinculação (mãe) na facilitação da exploração infantil, tendo a maioria dos estudos comparado os comportamentos emocionais e exploratórios do bebé antes e depois do afastamento físico da mãe. Os resultados indicam que os bebés choram mais e exploram menos imediatamente após a partida de suas mães (Ainsworth & Witting, 1969; Cox & Campbell, 1968; Kotelchuck, 1972; Rheingold, 1969). Mesmo quando ela está presente, os bebés vão

experienciando mais segurança à medida que diminui a distância existente entre eles e a figura de vinculação (Morgan & Ricciuti, 1969). No entanto, em todas estas pesquisas verifica-se que as observações limitam-se a apreciar as reacções do bebé, ignorando os comportamentos da mãe.

Bowlby (1973) afirma que uma mãe pode estar fisicamente presente mas emocionalmente ausente e destaca que a "presença" implica sempre a pronta disponibilidade e responsividade para com o bebé. Igualmente, Ainsworth *et ai.* (1978) referem que, se a criança espera que a mãe fique inacessível ou não responsiva face às suas solicitações, então a mera presença física poderá transmitir, apesar de tudo, o sentimento de segurança que facilita a exploração. Assim, tendo em consideração a importância teórica atribuída à disponibilidade materna, é surpreendente que a investigação inspirada por esta orientação se centre na presença física da mãe. O impacto dos actos de sinalização materna constitui uma área relativamente inexplorada que necessita de ser analisada experimentalmente.

O estudo de Sorce e Emde (1981), com base na teorização acima descrita, prediz que não só a presença física da mãe é necessária para promover a exploração em situações imprevisíveis ou alarmantes, mas que é igualmente necessária a sua disponibilidade emocional. Por outras palavras, a mãe deverá comunicar através do seu comportamento que está ciente da presença do bebé, que monitoriza a sua actividade progressiva, e que se encontra disponível para responder empática e adequadamente. Na medida em que a presença física e a sua responsividade têm sido confundidas na pesquisa, alguns estudos analisam a questão, dando suporte empírico à hipótese de que a exploração do bebé depende da disponibilidade materna e não simplesmente da sua presença física.

O trabalho de Carr, Dabs e Carr (1975), procurou, junto de uma amostra de crianças de dois anos, manipular a localização física da mãe. Para o efeito, o *design* utilizado continha três condições experimentais. Na primeira, a figura materna encontrava-se visível para os filhos, sentada de frente para os brinquedos que existiam na sala de observação. A segunda colocava, igualmente, a mãe visível, mas sentada de costas para os brinquedos. Na terceira, ela permanecia atrás de uma divisória que obrigava as crianças a afastarem-se da zona dos brinquedos caso a quisessem ver. Em cada uma destas condições, as mães foram instruídas no sentido de responderem aos filhos, conversando com eles ou pegando-lhes ao colo quando solicitadas. Constatou-se, então, que embora tivessem liberdade para explorar todos os pontos da sala, as crianças preferiam posicionar-se de modo a que a face materna fosse visível ainda que isso implicasse manterem-se longe dos brinquedos. Tal verificação parece ilustrar que o mero reconhecimento da presença física da mãe não é suficiente para facilitar a exploração. De acordo com os autores, as razões pelas quais os sujeitos tentavam manter o contacto face-a-face poderá ser atribuído à necessidade de confirmarem a disponibilidade da figura materna antes de procurarem explorar o ambiente não familiar. Saliente-se, contudo, que a ausência de situações de controlo onde as mães pudessem explicitamente assinalar em qualquer um daqueles lugares, a sua indisponibilidade para responder, acaba por emprestar algum carácter especulativo à

explicação avançada.

Num outro estudo, Fein (1975) avaliou a sensibilidade de crianças de 18 meses de idade, em diferentes contextos sociais. Enquanto os sujeitos exploravam livremente a sala e os materiais disponíveis, as mães estavam ocupadas (1) quer com a leitura de uma revista, (2) quer conversando com o experimentador, (3) ou realizando com ele jogos. Uma vez mais, a presença física da mãe foi insuficiente para promover a exploração, dado que independentemente das condições, as crianças manifestaram actividade reduzida (69% dos sujeitos nunca explorou a área junto ao experimentador), e evidenciaram o desejo de manter proximidade com a mãe (60% efectuou contactos físicos com a sua mãe). Assim, em cada um destes tipos de contexto, a acessibilidade materna em relação ao seu bebé parecia limitada. De facto, é possível que os seus sinais de indisponibilidade possam ter contribuído para a exploração limitada por parte do bebé. No entanto, sem as necessárias condições de controlo, onde a mãe pudesse assinalar a sua disponibilidade, a interpretação também permanece especulativa.

Face a estes resultados, Sorce e Emde (1981) propõem que particularmente em contextos não familiares, o grau de envolvimento na exploração não pode ser claramente predito, já que os bebés necessitam intermitentemente de confirmar a sua disponibilidade. Quando estes sinais são recebidos, o bebé tem maiores probabilidades de iniciar a exploração e o jogo. Correspondentemente, os autores deduzem que um sinal materno de indisponibilidade poderá inibir a actividade exploratória. Nesse sentido, planearam um estudo para avaliar os efeitos da disponibilidade materna sobre o interesse e exploração do bebé. O trabalho em causa comparou o efeito da (a) presença física e disponibilidade da mãe com (b) a sua presença física e indisponibilidade num contexto composto de acontecimentos não familiares e imprevisíveis. Quarenta bebés de 15 meses de idade foram introduzidos com as respectivas mães em quatro situações novas/imprevisíveis: uma sala de jogo não familiar, a mudança de lugar por parte da mãe, um estranho a observar o bebé, e um brinquedo eléctrico. Metade das mães (n=20) liam uma revista durante a apresentação dos estímulos com as suas faces claramente visíveis, mas com a atenção totalmente envolvida na leitura, permanecendo não responsivas às solicitações de atenção por parte dos bebés. As restantes mães funcionavam como grupo de controlo, não lendo, observando os seus bebés durante a apresentação dos estímulos e respondendo às solicitações do bebé. As crianças na condição de leitura materna manifestavam um reduzido prazer e uma menor exploração, permanecendo mais perto das mães. Evidenciavam, também menos interesse por elas e proclamavam menos a sua atenção.

Os resultados do estudo de Sorce e Emde (1981) indicam, assim, que a disponibilidade materna tem um efeito significativo nos comportamentos afectivo, social e exploratório do bebé. Quando as mães liam, os filhos experienciavam comparativamente menor prazer/satisfação e pareciam subjugados ou inibidos, como indicado pelos seus baixos níveis de actividade e pela sua falta de sorrisos e vocalizações. Nessa circunstância, as meninas faziam particularmente menos tentativas para iniciar interacções social-afiliativas com as mães. Em vez disso, pareciam

resignadas brincando sem grande prazer aparente.

O conjunto destas observações, suporta a hipótese de que a capacidade materna para funcionar como base segura é influenciada fortemente pela sinalização da sua disponibilidade. Os dados suportam, igualmente, a descrição de Mahler *et al.* (1975) da mãe como "*home base*" para a qual os bebés podem voltar e obter "*reabastecimento emocional*". Para Bowlby (1973), Mahler *et al.* (1975), Matas, Arend e Sroufe (1978), o ponto central da disponibilidade materna é a sua prontidão para responder aos sinais do filho a um nível emocional. Este envolvimento implica que a mãe comunique ao filho a avidez em partilhar a satisfação que ele sente durante as experiências positivas e pronta para o reassegurar e confortar nas experiências negativas.

No estudo de Sorce e Emde (1981), as mães na condição de não leitura foram instruídas para reagir às solicitações directas das crianças, e era claro que o seu modo de responder assinalava o seu envolvimento emocional. As mães sorriam ou riam-se quando os filhos partilhavam um brinquedo, mostravam um movimento de sobrancelhas ou uma expressão de surpresa fingida quando o sujeito apontava para um objecto de interesse e propiciavam uma pancadinha nas costas ou um comentário confiante quando a criança olhava de forma indecisa ou apreensiva. Os sujeitos pareciam olhar intermitentemente para a face das mães a fim de confirmarem o seu envolvimento emocional. Após receberem estes breves sinais estavam aptos a afastar-se e a absorverem-se na exploração.

Outros autores procuraram analisar, igualmente, o papel materno na determinação do grau de exploração do bebé em diversas actividades. Em vários dos estudos mencionados previamente sobre a competência na resolução de problemas, o comportamento dos pais foi sistematicamente avaliado enquanto os filhos resolviam as tarefas. Nomeadamente, Matas *et al.* (1978), conceberam duas escalas, "*Supportive Presence*" (SP) e "*Quality of Assistance*" (QA), as quais foram posteriormente utilizadas noutros estudos (e.g., Crowell & Feldman, 1988; Frankel & Bates, 1990). A escala SP avalia em que medida os pais parecem atentos e disponíveis em relação à criança e apoiam os seus esforços. A essência do constructo SP é constituída pela noção de "base segura" que os pais proporcionam ao ajudar a criança a sentir-se confortável durante o envolvimento na tarefa. A escala QA examina o grau em que os pais ajudam a criança a ver a relação entre as acções solicitadas para resolver o problema, dando a ajuda mínima necessária para manter o sujeito direccionado para a solução do problema, sem que os pais a resolvam por eles próprios. O constructo da QA poderá ser considerado uma medida de "*sensitive scaffolding behavior*" (Wood *et al.*, 1978).

Matas *et al.* (1978) constataram que as mães de bebés com uma vinculação segura pontuaram significativamente mais alto na SP e na QA do que as mães dos bebés inseguramente vinculados. Os dois grupos de inseguros não diferiram significativamente nas duas escalas. Arend *et al.* (1979) verificaram que as medidas SP e QA obtidas aos 2 anos de vida das crianças prognosticavam a resiliência do eu aos 5 anos. Frankel e Bates (1990) reproduziram os estudos

de Matas *et al.* (1978) observando que as pontuações nas escalas QA e SP eram mais baixas junto das mães dos bebés inseguros do que nas dos seguros. Interessantemente, averiguaram, também, que um envolvimento positivo em casa, medido aos 6, 13 e 24 meses estava correlacionado com a qualidade de interacção durante a resolução de problemas aos 24 meses. Crowell e Feldman (1988) calcularam a média das medidas de SP e QA numa variável compósita denominada "ajuda e apoio maternal". Classificaram, igualmente, o estilo de assistência da mãe na tarefa mais difícil de resolução de problemas. Os resultados revelaram que as mães classificadas como seguras pela AAI (*"Attachment Adult Interview"*), eram mais apoiantes e forneciam mais ajuda, ao contrário das mães classificadas como evitantes/rejeitantes ou preocupadas. Os resultados obtidos neste estudo indicam que 62% das mães seguras evidenciavam um estilo de ensino que promovia a aprendizagem e a auto-descoberta. A maior parte das mães do grupo desligado-evitante (78%) eram directivas ou controladoras, enquanto que as mães preocupadas mostravam tanto estilos de instrução de controlo (35%) como de confusão/caótico (60%).

O estudo de Belsky, Goode e Most (1981), anteriormente citado, procurou analisar a responsividade materna a fim de demonstrar a influência da estimulação materna no funcionamento do bebé. Estes autores consideram que presumivelmente a responsividade promove no bebé uma sensação de controlo ou eficácia (o que Lewis e Goldberg, 1969, denominam de *"generalized expectancy"*) que motivará envolvimento subsequentes no ambiente, promovendo, assim, a aprendizagem (Clarke-Stewart, 1973, 1977). Mais recentemente, Riksen-Walraven (1978) demonstrou, numa experiência de campo, que o aumento da responsividade parental promove a competência exploratória bem como a aprendizagem.

Tamis-Le Monda e Bornstein (1989) preconizam que "a responsividade materna em relação aos bebés a meio do primeiro ano de vida influencia o crescimento da competência cognitiva, à parte da estimulação não responsiva bem como das próprias capacidades de processamento de informação do bebé" (p. 49). Nesta investigação, a estimulação materna foi operacionalmente definida em termos dos esforços das mães para centrarem a atenção dos filhos nos objectos e acontecimentos do contexto. Estas tentativas podiam ser físicas ou verbais englobando cada uma três estratégias (físicas: apontar, demonstrar, ajuda física; verbais: instrução/questão, enfatizar, nomear). Os resultados obtidos revelaram que as estratégias físicas e verbais evidenciavam um padrão desenvolvimental sensivelmente diferente, que correspondiam ao avanços desenvolvimentais dos sujeitos (os bebés foram avaliados aos 9, 12, 15 e 18 meses). Quer as estratégias físicas, quer as estratégias verbais registavam um aumento inicial entre os 9 e os 12 meses. Aos 15 e 18 meses a frequência das estratégias físicas sofreram um declínio gradual. Contudo, nesse mesmo período, verificou-se que as estratégias verbais aumentaram linearmente.

Estes dados confirmam as expectativas formuladas pelos autores de que as mães aumentam o uso de ajudas físicas e de linguagem para orientar a atenção dos seus bebés durante o último quarto do primeiro ano de vida. No entanto, em resposta ao rápido desenvolvimento das

competências linguísticas durante o segundo ano de vida, elas passam a utilizar crescentemente os estratagemas verbais para estimular as suas crianças. Interessantemente, Clarke-Stewart (1973) observou uma tendência similar.

Londerville e Main (1981) analisaram quatro medidas de comportamento maternal (tom de voz, modo de constrangimento na intervenção física, número de ordens verbais e número de intervenções físicas) numa sessão de jogo entre bebés de 21 meses de idade e uma pessoa feminina não familiar. As autoras verificaram que as mães das crianças seguras usavam tons suaves e menos fortes. Van IJzendoorn *et al.* (1987), em estudo de *follow-up*, observaram díades mãe-criança em quatro tarefas de resolução de problemas. O comportamento das mães foi medido através de três escalas para avaliar a atmosfera emocional (dimensão do sorriso, soma total das observações/advertências positivas e negativas, grau de manutenção da distância física) e de três escalas para o comportamento de instrução (número de ajudas positivas, número de intervenções, velocidade da intervenção quando a criança realizava a um nível sub-ótimo). O factor de clima emocional não diferenciou os quatro grupos de vinculação (A+C, B1, B2+B3, B4) em três das tarefas. Na quarta - a mais difícil - o grupo A+C obteve, comparativamente aos restantes, resultados inferiores. Não se verificaram diferenças a nível das instruções entre as mães de crianças seguras e de crianças inseguras.

Igualmente, o estudo de Slade (1987), anteriormente referido, procurou analisar o efeito das condições de envolvimento materno<sup>4</sup> no jogo simbólico em crianças seguras e inseguras. O autor constatou então que a influência materna resultava num maior benefício para as crianças seguras e que as diferenças significativas entre os dois grupos surgiam nas medidas de desempenho médio (duração e nível médio) quando as díades interagiam em conjunto. A frequência dos episódios das crianças seguras também foi realçada pelo envolvimento materno aos 28 meses. Os dois grupos de crianças diferiam pouco em relação a qualquer uma das dimensões quando jogavam sozinhas, no entanto, as crianças seguras eram "melhores jogadoras" quando estavam envolvidas com as mães. Dentro do contexto da relação segura, o jogo interactivo funciona como um instrumento no aumento das competências da criança. No caso das díades menos adaptadas, o jogo não serve estas funções e o desempenho não é promovido pelos apoios e pelas estruturas das trocas sociais. Em resumo, parece que as díades seguras "trabalham melhor". Dado que as crianças seguras e inseguras diferem quanto às medidas de duração e complexidade apenas no jogo interactivo e não em todas as dimensões destas variáveis, as diferenças entre estes grupos

---

<sup>4</sup> Para avaliar os padrões do envolvimento materno ao longo de toda a sessão, os episódios de jogo foram divididos em três tipos: (a) não envolvimento - a criança brinca sozinha (sem envolvimento materno), (b) comentário - a mãe participa no jogo apenas através de comentários verbais, e (c) interacção - a mãe está envolvida activamente no jogo através de sugestões explícitas (e.g., adoptando e trocando de papéis de faz-de-conta, sugerindo uma actividade de faz-de-conta específica com um objecto, ou seguindo as sugestões de faz-de-conta da criança). Os episódios podiam ser classificados apenas em relação a uma destas categorias; se a mãe fazia comentários ao jogo e simultaneamente estava envolvida no jogo, o episódio era classificado em relação à categoria de interacção. Este procedimento foi adaptado de McCune (1984).



reflectem as diferenças não na competência cognitiva per se, mas na forma como as competências cognitivas interagem com as competências sociais. Talvez as crianças seguras sejam mais capazes de atrair o suporte e o “*scaffolding*” (Bruner, 1975) que necessitam do seu ambiente social. Ou, pode ser que as mães das crianças seguras sejam mais capazes de criar um “ambiente facilitador” para as suas crianças (Winnicott, 1965) ou proporcionar uma “base segura” para as suas explorações (Ainsworth et al., 1978). Slade (1987) salienta que, segundo a teoria da vinculação, esperar-se-ão níveis mais elevados de jogo durante a condição de jogo individual. O facto de os dois grupos não diferirem nesta condição levanta a possibilidade de que, para as crianças mais novas, a segurança de vinculação é experienciada através do envolvimento concreto da mãe e não como resultado da sua mera presença, e que o envolvimento é uma forma eficaz de manter a sensação de disponibilidade materna para a criança.

Torna-se portanto necessário um maior número de investigações a fim de clarificar a direcção dos efeitos entre estas variáveis e separar os efeitos da competência cognitiva, da competência social quando o bebé está envolvido com outro parceiro de jogo, seja a mãe, outro adulto, ou um par.

Para além destas descobertas, Slade (*op. cit.*) destaca uma outra série de resultados significativos que emergiram a partir da análise dos padrões de envolvimento materno nas díades seguras e inseguras. Assim, os dados indicam um elevado grau de contacto entre as crianças seguras e as suas mães durante os períodos de indisponibilidade materna (nomeadamente quando a mãe conversava com o experimentador) e um aumento de jogo interactivo global. Em contraste com as mães de crianças inseguras, o “envolvimento” materno no grupo dos sujeitos seguros não os impede de responder. Quando as mães das crianças inseguras se tornam disponíveis, o seu envolvimento é tendencialmente do tipo passivo, feito predominantemente através de comentários ao jogo. Numa perspectiva da teoria da vinculação, estas características podem ser interpretadas como evidências da capacidade dos membros das díades seguras para interagirem reciprocamente de acordo com os planos partilhados (Bretherton, 1985). Também pode ser que as mães das crianças seguras se sintam mais confortáveis com os desejos das suas crianças em se envolverem com elas, e mais capazes de apreciar a natureza multidimensional e complexa do esforço de autonomia do filho e/ou a necessidade contínua de *scaffolding*. Tal sensibilidade poderá proporcionar a base para a independência e autonomia vista posteriormente nas crianças seguras (Main et al., 1985; Stroufe et al., 1983). As mães das crianças inseguras, confiando nas suas formas passivas de envolvimento, podem tratar os filhos como mais autónomos e menos necessitados da sua presença contínua do que realmente eles(crianças) necessitam, reforçando assim a dependência das crianças.

Em síntese, os dados sobre a relação entre vinculação e funcionamento cognitivo, sublinham a necessidade da passagem do foco de análise *meramente individual*, para o *contextual*, onde se procura estudar a disponibilidade, a sensibilidade e a responsividade materna, bem como o seu relevo no grau de exploração e de envolvimento da criança com os objectos, pares e adultos. Num estudo conduzido pela FPCEUP, denominado "A qualidade das interações da criança em contexto familiar e creche e o seu impacto no desenvolvimento sociocognitivo da criança", foram identificados os factores associados ao envolvimento e ao não envolvimento em crianças com idades compreendidas entre o um e os três anos de idade. Verificou-se que as variáveis da criança (idade, quociente de desenvolvimento e temperamento), as variáveis do contexto creche (qualidade e comportamentos interactivos das educadoras) e as variáveis do ambiente familiar (qualidade, nível de escolaridade e comportamentos interactivos das mães) são as que maior relevância apresentam quando se pretende explicar as diferenças observadas no envolvimento das crianças. Apesar de a maior parte da investigação sobre o envolvimento, se debruçar preferencialmente sobre as influências das variáveis respeitantes ao ambiente físico e social (de Kruif; McWilliam & Ridley, 2001), os resultados do estudo acima descrito, sugerem a importância de variáveis relativas à família como predictoras do envolvimento. A literatura sobre as interações mãe-criança tem examinado a forma como os estilos interactivos da mãe, nomeadamente a responsividade materna, afectam alguns aspectos do envolvimento das crianças, como a socialização e o jogo (Feldman & Greenbaum, 1997; Kochanska, 1997; Kochanska, Forman & Coy, 1999; Tamis-LeMonda, Bornstein, Baumwell, Melstein Damast, 1996). No entanto, pouca investigação tem sido conduzida no sentido de mostrar os efeitos dos comportamentos interactivos das mães no envolvimento das crianças em sala de infantário; a título de excepção refira-se o estudo de Mahoney e Kim (2004) em que a responsividade materna emergiu como um predictor significativo do envolvimento das crianças.

Por outro lado, como foi igualmente salientado, a investigação tem vindo a evidenciar a variabilidade existente no seio da relação de vinculação mãe-filho, o que implica que os processos de vinculação exerçam uma influencia significativa no desenvolvimento da identidade e de um sentimento de confiança e segurança em si próprio e no outro. A singularidade de uma relação de vinculação constitui como que uma condição necessária para se perceber e reconhecer a própria singularidade e identidade pessoal, na medida em que permite dar sentido ao conhecimento que vamos sobre nós próprios e sobre o mundo.

De facto, nos primeiros anos de vida, quando o desenvolvimento cognitivo está ainda muito ligado à natureza concreta dos objectos e das pessoas, as crianças só podem construir o seu sentido de singularidade e de

unidade pessoal através da experiência de estar envolvido numa relação privilegiada com outras figuras significativas. Esta relação apresenta-se como uma espécie de matriz, com base na qual a criança se vai (re)conhecendo e (re)conhecendo os outros e o mundo (Soares, 1996).

## Referências Bibliográficas

\* Ainsworth, M.D.D. (1974). *Citation for the G. Stanley Award to John Bowlby*. Unpublished manuscript.

Ainsworth, M.D.D. (1985). Patterns of infant-mother attachments: antecedents and effects on development. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 61, 771-779.

Arend, R., Gove, F.L., & Stroufe, L.A. (1979). Continuity of individual adaptation from infancy to kindergarden: a predictive study of ego-resiliency and curiosity in preschoolers. *Child Development*, 50, 950-959.

Belsky, J., & Nezworski, T. (1988). *Clinical implications of attachment*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

\* Belsky, J. & Garduque, L. (1982). *The interrelation of attachment and the free and elicited play behaviour*. Paper presented to the International Conference on Infant Studies, Austin, Tex.

Belsky, J., Garduque, L., & Hrcir, E. (1984). Assessing performance, competence, and executive capacity in infant play: relations to home environment and security of attachment: maternal and infants contributions. *Child Development*, 55, 718-728.

\* Bowlby, J. (1958). The natures of the child's tie to his mother. *International Journal of Psycho-Analysis*, XXXIX, 1-23.

\* Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss: Vol.2. Separation*. New York: Basic Books.

\* Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss: Vol. 3. Loss*. New York: Basic Books.

Bretherton, I. (1985). Attachment theory: retrospect and prospect. In I. Bretherton & G. Waters (Eds.). *Growing points of attachment: theory and research*. Monographs of the Society for the Research in Child Development. Serial n° 209, Vol. 50, N° 1-2 (pp.3-35).

\* Bretherton, I., Bates, E., Benigni, L., Camaioni, L., & Volterra, V. (1979). Relationships between cognition, communication and quality of attachment. In E. Bates, Benigni, L., Camaioni,

L., & Volterra, V. (Eds.), *The emergence of symbols: cognition and communication in infancy*. New York: Academic Press.

de Kruif, R.E.L., McWilliam, R.A., & Ridley, S.M. (2001). Effects of Child Characteristics and Teacher Interaction Behaviours on Children's Observed Engagement. Paper Under Review.

Estrada, P., Arsenio, W.F., Hess, R.D., & Holloway, S.D. (1987). Affective quality of the mother child-relationship: Longitudinal consequences for children's school-relevant cognitive functioning: *Developmental Psychology*, 23, 210-215.

Feldman, R., & Greenbaum, C.W.(1997). Affect regulation and synchrony in mother-infant play as precursors to the development of symbolic competence. *Infant Mental Health Journal*, 18(1), 4-23.

Frankel, K.A., & Bates, J.E. (1990). Mother-toddler problem solving: antecedents in attachment, home environment, and temperament. *Child Development*, 61, 810-819.

\* Gaensbauer, T. & Harmon, R. (1982). Attachment behavior in abused/neglected and premature infants: implications for concept of attachment. In R. Emde & R. Harmon (Eds.), *Attachment and affiliative systems*, NY: Plenum Press.

Hazen, N. G., & Durett, M. E. (1982). Relationship of security of attachment to exploration and cognitive mapping abilities in 2-year olds. *Developmental Psychology*, 18, 751-759.

Hazen, N.L., & Lockman, J.J. (1989). Skill and contexts. In J.J. Lockman & N.L. Hazen (Eds.), *Action in social context: perspectives on early development* (pp. 1-16). New York: Plenum Press.

Kim, J.M.,& Mahoney, G. (2004). The Effects of Mother's Style of Interaction on Children's Engagement: Implications for Using Responsive Interventions with Parents. *Topics in Early Childhood Special Education*, 24(1), 31-38.

Lamb, M.E., Thompson, R.A., Gardner, W.P., Charnov, E.L. & Estes, D. (1984). Security of infantile attachment as assessed in the "strange situation": its study and biological interpretation. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 127-171.

Kochanska, G.(1997). Mutually Responsive orientation between mother and their young children: Implications for early socialization. *Child Development*, 68(1), 94-112.

Kochanska, G., Forman, D.R., & Coy, K.C.(1999). Implications of the mother-child relationship in infancy for socialization in the second year of life. *Infant Behaviour and Development*,22(2),249-265.

\* Mahler, M.S., Pine, F., & Bergman, A. (1975). *The psychological birth of the human infant: symbiosis and individuation*. NY: Basic Books

\* Main, M. (1973/1983). *Exploration, play, and cognitive functioning as related to child-mother attachment*. Unpublished doctoral dissertation, Johns Hopkins University.

Matas, L., Arend, R.A., & Stroufe, L.A. (1978). Continuity of adaptation in the second year: the relationship between quality of attachment and later competence. *Child Development*, 49, 547-556.

Meins, E. (1997). *Security of attachment and the social development of cognition*. Essays in Developmental Psychology: Psychology Press.

\* Oppenheim, D., Sagi, A., & Lamb, M. E. ( 1988). Infant adult attachments on the kibbutz and their relation to socioemotional development 4 years later. *Developmental Psychology*, 24, 427-433.

Ruiter, C., & van IJzendoorn, M.H. (1993). Attachment and cognition: a review of the literature. *International Journal of Educational Research*, 19, 525-540.

Slade, A. (1987). Quality of attachment and early symbolic play. *Developmental Psychology*, 23, 78-85.

Soares, I. (1992). *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência. Estudo Intergeracional: mãe-filho(a)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto.

Soares, I. (1996). Vinculação: questões teóricas, investigação e implicações clínicas. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 11, 35-71.

Sorce, J. & Emde, R. (1981). Mother's presence is not enough: the effects of emotional availability on infant exploration and play. *Developmental Psychology*, 17, 737-745.

\* Stroufe, L.A. (1977). Wariness of strangers and the study of infant development. *Child Development*, 48, 731-746.

Stroufe, L.A. (1979). The coherence of individual development, early care, attachment and subsequent developmental issues. *American Psychologist*, 34, 834-841.

Stroufe, L.A. (1983). Infant-caregiver attachment and patterns of adaptation in preschool: the roots of maladaptation and competence. In M. Perlmutter (Ed.), *Minnesota Symposia in Child Psychology* (vol. 16, pp.41-83). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Tamis-LeMonda, C.S., Bornstein, M.H., Baumwell, L., & Melstein Damast, A. (1996). Responsive Parenting in the second year: Specific influences on children's language and play. *Early Development and Parenting*, 5(4), 173-183.

\* Tracy, R. L., Farish, G., & Bretherton, I. (1980). *Exploration as related to infant-mother attachment in one year olds*. Paper presented at the International Conference on Infant Studies. New Haven, CT.

van IJzendoorn, M.H, Dijkstra, J. & Bus, A. G. (1995). Attachment, intelligence, and language: a meta-analysis. *Social Development*, 4, 115-128.

van IJzendoorn, M.H., van der Veer, R., & van Vliet-Visser (1987). Attachment three years later: relationships between quality of mother-infant attachment and emocional/cognitive development in kindergarten. In L. W. C. Tavecchio & M. H. van IJzendoorn (Eds.), *Attachment in social networks* (pp. 185-224). Amsterdam, The Netherlands: Elsevier.

\* van IJzendoorn, M.H, Sagi, A., & Lambermon, M.W.E. (1992). The multiple caretaker paradox: data from Holland and Israel. In R. C. Pianta (Ed.), *Beyond the parent: the role of other adults in children's lives*: 57 (pp. 5-24). San Francisco: Jossey Bass.

\* White, R.W. (1963). *Ego and reality in pshychoanalytic theory*. NY, International Universities Press.

\* Wolf, D. P., Rygh, J. & Altshuler, J. (1984). Agency and experience: actions and states in play narratives. In I. Bretherton (Ed.), *Symbolic Play* (pp. 195-214). Orlando, FL: Academic Press.

---

\* as referências assinaladas com \* não foram consultadas directamente